



# Diário Oficial

Suplemento

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano XI - Nº 2417 Sexta-feira, 04 de Fevereiro de 2011.

# Poder Executivo

DECRETO Nº. 6.106, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2011.

Aprova o Regulamento de Concurso Público do Município de Rondonópolis-MT, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica do Município, bem como em cumprimento ao que estabelece o art. 37, inciso II, da Constituição Federal...

## DECRETA:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** O concurso para a seleção de candidatos aos cargos públicos de provimento efetivo do município de Rondonópolis atende ao estabelecido na legislação municipal, regendo-se, principalmente, pelas normas contidas no presente Regulamento.

**Parágrafo único.** Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 7º da Lei nº 1.752 de 17 de agosto de 1990, serão reservados aos portadores de deficiência 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo.

**Art. 2º** Os concursos públicos do município de Rondonópolis serão de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza dos cargos a serem providos.

**Art. 3º** O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da data de homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado, por igual período, uma única vez, a critério da Administração.

**Parágrafo único.** Não será convocado candidato aprovado em novo concurso enquanto houver candidato aprovado no concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado.

### CAPÍTULO II DO EDITAL

**Art. 4º** A convocação de candidatos, para inscrição no concurso, será feita, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos antes da realização das provas, por meio de edital afixado em local apropriado, na sede da Prefeitura.

**Parágrafo único.** O edital poderá, também, ser divulgado a critério da Comissão de Concurso, em outros meios de comunicação considerados adequados pela Administração.

**Art. 5º** O edital deverá conter:

**I** - os cargos públicos a serem providos, com os respectivos quantitativos e descrições sumárias;

**II** - os vencimentos dos cargos, vigentes ao tempo de sua publicação;

**III** - os prazos e os locais para inscrição dos candidatos;

**IV** - as condições especiais exigidas para o exercício do cargo, tais como grau de instrução, diploma específico ou experiência no exercício de atividades similares às atribuições descritas para o cargo pretendido;

**V** - o tipo de prova: objetiva e de títulos; a natureza: classificatória ou eliminatória, e o conteúdo programático;

**VI** - as matérias e os respectivos programas sobre os quais versarão as provas ou, quando não comportarem programa, o nível de conhecimento exigido;

**VII** - as pontuações para aprovação em cada matéria;

**VIII** - os critérios especiais de desempate, além dos critérios gerais estabelecidos neste Regulamento;

**IX** - o valor e a natureza dos títulos a serem considerados;

**X** - outras informações julgadas necessárias.

**Parágrafo único.** As informações contidas no edital deverão ser divulgadas, pelo menos, 07 (sete) dias corridos antes do início das inscrições e 30 (trinta) dias corridos antes da realização do concurso, quando as provas forem objetivas, e 10 (dez) dias corridos, quando as provas forem práticas-oraux ou de títulos.

## Expediente

PREFEITO MUNICIPAL \_\_\_\_\_ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO  
Vice-Prefeita \_\_\_\_\_ Marília Salles  
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social \_\_\_\_\_ Neuma de Moraes  
Secretaria Municipal de Administração \_\_\_\_\_ Mara Gleiber R. Clara da Fonseca  
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária \_\_\_\_\_ Valdir Correa  
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. \_\_\_\_\_ Valdemir Castilho Soares  
Secretaria Municipal de Educação \_\_\_\_\_ Marilda Soares Rufino  
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer \_\_\_\_\_ Susan Meire Morette Binha  
Secretaria Municipal de Finanças \_\_\_\_\_ Adão Nunes  
Secretaria Municipal de Governo \_\_\_\_\_ Gerson Araújo de Oliveira  
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo \_\_\_\_\_ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente \_\_\_\_\_ Lindomar Alves da Silva  
Secretaria Municipal de Planejamento \_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de Receita \_\_\_\_\_ Regina Celi Marques Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde \_\_\_\_\_ Valdecir Feltrin  
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano \_\_\_\_\_ Rodrigo Lugli  
Procuradoria Geral do Município \_\_\_\_\_ Efraim Alves dos Santos  
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis \_\_\_\_\_ Darci Lovato  
Diário Oficial do Município \_\_\_\_\_ Anna Clara Quintana  
IMPRO \_\_\_\_\_  
SANEAR \_\_\_\_\_ Terezinha Silva Souza  
ServSaúde \_\_\_\_\_ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

## DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficial  
Impressão, Distribuição e Assinatura  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526  
Vila Aurora - fone (66) 411-5285  
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h  
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000  
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Gerson Araújo de Oliveira  
Diário Oficial: Anna Clara Quintana  
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br  
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

### Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$ 160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

**Art. 6º** Os prazos estabelecidos no edital poderão ser prorrogados, a juízo da Comissão de Concurso Público, observado o disposto no art. 4º deste Regulamento e seu parágrafo único.

### CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

**Art. 7º** Poderão candidatar-se aos cargos públicos da Prefeitura Municipal de Rondonópolis todos os cidadãos que atendam aos seguintes requisitos:

**I** - ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição Federal;

**II** - ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade, completados até a data da posse;

**III** - estar no gozo dos direitos civis;

**IV** - estar quite com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino;

**V** - estar quite com as obrigações eleitorais;

**VI** - apresentar documentos para identificação, determinado pelo edital;

**VII** - preencher os requisitos especiais para provimento dos cargos estabelecidos no edital.

**§ 1º.** Não poderão se inscrever os ex-funcionários do Município de Rondonópolis, demitidos em consequência de atos de improbidade, comprovados através de sindicância e inquérito administrativo, e ainda por cometimento de falta que tenha implicado rescisão de contrato de trabalho por justa causa.

**§ 2º.** Não poderão se inscrever pessoas que possuam qualquer vínculo com a entidade contratada organizadora e realizadora do concurso, bem como seus ascendentes, descendentes ou colaterais.

**Art. 8º** As limitações e os requisitos exigidos para cada cargo serão estabelecidos em função de sua natureza e das disposições legais e regulamentares disciplinadoras da matéria.

### CAPÍTULO IV DAS INSCRIÇÕES

**Art. 9º.** As inscrições dos candidatos serão efetuadas em horário e prazo fixados no edital de cada concurso.

**Art. 10.** As inscrições serão realizadas, unicamente, por via internet no endereço eletrônico da instituição organizadora e realizadora do concurso público, conforme edital.

**§ 1º** As inscrições poderão ser realizadas, a critério da Comissão de Concurso Público e da instituição organizadora, somente por meio eletrônico, cujos procedimentos específicos deverão constar do edital.

**§ 2º** Na inscrição o candidato indicará o cargo para o qual concorrerá de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

**Art. 11.** O candidato portador de deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, destinado para esse fim no formulário, quando de sua inscrição no concurso público, em conformidade com o edital.

**§ 1º.** O candidato que tenha declarado sua deficiência será encaminhado, na investidura do cargo ao DESOPEM (Departamento de Saúde Ocupacional e Perícia MÉDICA) para avaliação de compatibilidade da deficiência com o cargo ou emprego a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

**§ 2º.** A avaliação em questão será realizada sem qualquer ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no edital.

**§ 3º.** Os portadores de deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

**§ 4º.** A não-observância do disposto nos parágrafos anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

**§ 5º.** Os portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

**§ 6º.** No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessitar de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

**§ 7º.** A não-solicitação de recursos especiais no ato da inscrição implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

**§ 8º.** A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

**§ 9º.** O candidato que, no ato de inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicada em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

**Art. 12.** A relação dos candidatos regularmente inscritos, contendo nome, nº da Carteira de Identidade (RG), data do nascimento, nome do cargo pretendido será disponibilizado no endereço eletrônico com datas e locais, determinado no edital.

**Art. 13.** Todos os pedidos de isenção de pagamento de inscrição somente serão feitos em conformidade com a Lei Municipal 4.674 de 20 de outubro de 2005, e seus encaminhamentos previstos no edital.

**Art. 14.** Não será permitida a inscrição condicional ou extemporânea sob qualquer pretexto.

**Art. 15.** O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese.

**Art. 16.** Os pedidos de inscrição significarão a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste Regulamento e do edital do concurso.

### CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

**Art. 17.** A Prefeitura Municipal designará uma Comissão de Concurso Público, composta de, no mínimo, 6 (seis) membros, conforme a Lei Complementar nº 003/2000.

**Parágrafo único.** A Comissão de Concurso Público funcionará em estreita articulação com a Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 18.** A Comissão de Concurso Público será responsável por:

**I** - acompanhar, junto com a entidade contratada pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis, a estruturação do concurso público, em todas as suas etapas;

**II** - promover os atos administrativos e gerenciais necessários ao andamento do concurso;

*A. H. T.*

5/12

**III** - decidir sobre os editais e demais atos que se fizerem necessários;

**IV** - fixar o valor da taxa de inscrição para o concurso;

**V** - promover a divulgação pública do concurso, nos termos do que dispõe o art. 4º do presente Regulamento;

**VI** - informar ao Prefeito Municipal, com base em razões devidamente fundamentadas, o adiamento de qualquer etapa, a suspensão e a anulação, parcial ou total, do concurso;

**VII** - decidir sobre o tipo de prova a ser aplicada, conforme o cargo a ser provido e estabelecido no edital;

**VIII** - fornecer as informações necessárias para o levantamento adequado dos pré-requisitos dos cargos a serem preenchidos, visando à elaboração dos programas mínimos das provas;

**IX** - decidir sobre a natureza das provas objetivas, o conteúdo, o número de questões, bem como definir os critérios de desempate;

**X** - decidir sobre os critérios de avaliação de candidatos nas provas objetivas, de redação e de títulos;

**XI** - definir e divulgar local, horário e período para entrega de títulos;

**XII** - preservar o sigilo das provas do concurso;

**XIII** - excluir do concurso, por ato próprio, os candidatos que se portarem em desacordo com as normas estabelecidas neste Regulamento e no respectivo edital;

**XIV** - acompanhar a execução do concurso realizado pela entidade contratada pela Prefeitura, zelando pelo cumprimento do contrato com ela firmado;

**Art. 19.** Para fins deste Regulamento, as provas poderão ser de natureza eliminatória e classificatória.

**Art. 20.** Caberá à entidade contratada pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis para a realização do concurso:

**I** - designar Bancas Examinadoras para elaboração das provas objetivas, definir seu funcionamento e delas receber as questões das provas;

**II** - assumir a responsabilidade pelo sigilo que deve cercar as provas objetivas;

**III** - exercer rigorosa fiscalização na duplicação das provas, cuidando para que não haja quebra de sigilo;

**IV** - emitir os cartões de identificação dos candidatos inscritos no concurso público;

**V** - treinar a equipe de fiscalização das provas objetivas, designada pela Comissão de Concurso;

**VI** - baixar as instruções normativas para a fiscalização das provas;

**VII** - estruturar o esquema de organização dos locais para aplicação das provas objetivas;

**VIII** - efetuar a distribuição das provas objetivas e dos demais materiais de apoio, nos locais indicados para a realização das provas, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo;

**IX** - supervisionar e orientar os processos de aplicação e correção das provas objetivas;

**X** - organizar as classificações parcial e final dos candidatos, mediante o resultado apurado nas diferentes etapas do concurso;

**XI** - receber e emitir parecer sobre recursos interpostos pelos candidatos;

**XII** - efetuar o relatório do concurso, o qual será entregue ao Presidente da Comissão de Concurso Público.

## CAPÍTULO VI

### DAS BANCAS EXAMINADORAS

**Art. 21.** Serão designadas, para cada tipo de prova a ser realizada no concurso, Bancas Examinadoras, sob a responsabilidade da entidade contratada.

**Art. 22.** Compete às Bancas Examinadoras:

**I** - elaborar o conteúdo programático das disciplinas que constituem as provas objetivas;

**II** - elaborar as respectivas provas e fornecer gabaritos;

**III** - ficar à disposição da Comissão de Concurso e da entidade contratada para a realização do certame nos dias e horários devidamente apazados;

**IV** - assumir a responsabilidade pelo sigilo que deve cercar as provas objetivas e orais e o processo de concurso de forma geral;

**V** - definir o conteúdo, aplicar e realizar o julgamento das provas de títulos;

**VI** - responder, nas respectivas áreas, às interposições de recursos, subsidiando as decisões da entidade contratada para a realização do certame.

**Parágrafo único.** A responsabilidade pela formação e designação das Bancas Examinadoras para elaboração das provas objetivas será da entidade contratada pela Prefeitura para a realização do certame.

## CAPÍTULO VII

### DAS PROVAS

**Art. 23.** As provas serão preparadas segundo o disposto no art. 26 deste Regulamento e deverão conter questões dentro da especificidade dos cargos a que se referir o concurso.

**Art. 24.** A cada uma das matérias corresponderão questões sobre conteúdos específicos a serem definidas, quando da estruturação das provas, pela entidade contratada pela Prefeitura, para a realização do certame.

**Art. 25.** Não será permitido o acesso aos locais de prova aos candidatos que:

**I** - comparecerem fora do horário estabelecido;

**II** - não apresentarem o documento de identidade original;

**III** - comparecerem a local diferente daquele indicado no respectivo cartão de identificação.

**IV** - outras situações previstas no edital do concurso

**Parágrafo único.** O candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações previstas neste artigo será automaticamente excluído do concurso.

**Art. 26.** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, conforme previsto no edital.

**Art. 27.** Ao portador de deficiência é permitida a utilização de material tecnológico de uso hospitalar, observado o disposto no art. 11, §7º e §8º deste Regulamento.

**Art. 28.** Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, em sua exclusão automática do concurso.

**Art. 29.** As questões das provas serão entregues aos candidatos, já impressas, não sendo permitido pedir esclarecimento sobre seu enunciado ou sobre o modo de resolvê-las.

**Art. 30.** As respostas das provas objetivas serão devidamente identificadas e marcadas pelo candidato, em cartão-resposta, que será assinado no local destinado para tal fim e devolvido ao fiscal de sala.

**Parágrafo único.** Não haverá substituição de cartão-resposta, salvo se, no ato de sua entrega ao candidato, for verificado que o mesmo se encontra danificado ou contém erro de impressão de dados de identificação do candidato.

**Art. 31.** Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do concurso:

**I** - comunicar-se, de qualquer forma, com outros candidatos ou pessoas estranhas ao concurso;

**II** - utilizar anotações, livros ou impressos, salvo as fontes informativas, quando forem declaradas no edital;

**III** - utilizar sinais ou quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem a sua identificação;

**IV** - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na companhia de um fiscal;

**V** - utilizar celulares, calculadoras ou quaisquer equipamentos eletrônicos.

**VI** - Outras situações previstas no edital do concurso.

**Art. 32.** Verificado qualquer dos fatos excludentes previstos no artigo anterior, far-se-á a apreensão da prova, e outros procedimentos previstos no edital.

**Art. 33.** As salas de prova serão fiscalizadas por pessoas especialmente designadas, vedando-se o ingresso de pessoas estranhas ao concurso.

**Art. 34.** Expirado o prazo para resolução das questões das provas objetivas, os cartões-resposta serão recolhidos, devidamente assinados pelos candidatos, e encaminhados para correção por leitura ótica.

## CAPÍTULO VIII

### DO JULGAMENTO

**Art. 35.** As provas objetivas serão avaliadas de acordo com o edital do concurso.

**Parágrafo único.** A correção das provas objetivas será de responsabilidade da entidade contratada pelo Município para a realização do concurso.

**Art. 36.** A contagem dos pontos obtidos nas provas de títulos obedecerá ao estabelecido no edital do concurso.

## CAPÍTULO IX

### DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

**Art. 37.** Será considerado aprovado o candidato que obtiver o grau mínimo exigido para aprovação, estabelecido no edital do concurso.

**Art. 38.** A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

**Art. 39.** A homologação do concurso será feita por ato do Prefeito Municipal, pela Secretária de Administração e Secretária de Educação, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

**Art. 40.** A nomeação obedecerá à ordem rigorosa de classificação, observado o disposto no art. 11, § 9º deste Regulamento.

**Art. 41.** Em caso de empute na classificação, obedecer-se-á aos critérios estabelecidos no edital do concurso.

**Art. 42.** Apurada a classificação, esta será publicada, como resultado final do concurso, em ordem decrescente da pontuação final.

**Art. 43.** É requisito para investidura nos cargos ter recebido manifestação favorável, referente à sindicância de vida pregressa.

**Parágrafo único.** Para o cumprimento do disposto no *caput*, o interessado deverá firmar declaração da qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar no exercício de função pública qualquer.

## CAPÍTULO X

### DOS RECURSOS E REVISÕES

**Art. 44.** Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do concurso.

**Art. 45.** O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do concurso poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

1 - seja dirigido à entidade organizadora e realizadora do Concurso Público, conforme edital.

§ 1º Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do prazo estabelecido no edital do concurso.

§ 2º Caso o ato de deferimento do recurso implique anulação de questão de prova, todos os candidatos serão atingidos pela decisão, independentemente de terem ou não interposto recurso.

§ 3º No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação, independentemente de recurso.

**Art. 46.** Será dada publicidade às decisões dos recursos.

## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 47.** A prestação de declaração ou documentos falsos ou inexatos e a não apresentação de documentos exigidos importarão na insubsistência da inscrição, nulidade da habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

**Art. 48.** O não comparecimento do candidato a qualquer etapa do concurso importará na sua exclusão.

**Art. 49.** Não haverá realização de provas e exames fora do dia, horário e locais marcados para todos os candidatos, quaisquer que sejam as alegações nesse particular.

**Parágrafo único.** Os candidatos que requererem condições especiais para realização de provas, tendo tais condições comprovadas, poderão prestar provas em local determinado pela entidade contratada.

**Art. 50.** Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público, *ad referendum* do Prefeito Municipal.

**Art. 51.** Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 04 de fevereiro de 2011; 95º da Fundação e  
57º da Emancipação Política.

  
JOSÉ CARLOS FUNCHIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

  
GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Governo

Em  
branco